

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1586 | 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/5585991295101)

POSSE DA DIRETORIA NOVA GESTÃO VALORIZA UNIDADE PARA LUTAR EM DEFESA DA CATEGORIA E DA CLASSE TRABALHADORA



28 DE AGOSTO: A LUTA DOS BANCÁRIOS NÃO PODE PARAR!

No dia 28 de agosto comemora-se o Dia do Bancário. É uma data para lembrar o histórico de luta da nossa categoria. A data refere-se a 28/08/1951, quando os bancários decidiram cruzar os braços para reivindicar um reajuste salarial de 40%. Os bancos queriam dar apenas 20%. Os índices oficiais do governo na época apontavam um aumento de 15,4% no custo de vida. Depois de 69 dias de paralisação, os bancários conquistaram 31% de reajuste. Foi a maior greve da história da categoria. Assim, o dia 28 de agosto passou a ser considerado como o Dia do Bancário.

Hoje, mais do que nunca, temos que lembrar dessa história. Mais uma vez precisamos manter a categoria unida e fortalecida para lutarmos contra os ataques que estão sendo desferidos não apenas contra nossa categoria, mas contra toda a classe trabalhadora. O maior motivo de nossa comemoração deve ser a manutenção de nossa aposentadoria e de todos os demais direitos expressos em nossa CCT. Nossa categoria é a única do país com uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) nacional. Nossas negociações são realizadas em mesa única, com bancos públicos e privados e nossas conquistas são válidas para bancários de todo território nacional.

Para saldar esse reconhecido espírito de luta da nossa categoria, no último dia 28 de agosto tomou posse a nova gestão do Sindicato dos Bancários do Ceará, para o quadriênio 2019-2023. Isso acontece num momento de extrema importância, pois nossa categoria enfrenta atualmente grandes desafios, tanto no que diz respeito às mudanças nos modos de produção, do trabalho bancário, como nos sucessivos ataques aos direitos da classe trabalhadora, e suas entidades representativas, em curso desde o golpe institucional de 2016 e, sobretudo agora, orquestrado pelo governo de ultradireita comandado por Bolsonaro.

Acima de tudo, essa nova gestão assume o compromisso da unidade para lutar. Em toda a história da nossa entidade nunca houve essa união de força e nós construímos a unidade para resguardar direitos e fazer jus à nossa tão reconhecida disposição de luta. Essa onda de ultradireita não é só na economia, mas nos costumes. Querem eliminar quem pensa diferente e não querem que questionemos nada. Questionar é ser chamado de vândalo, de baderneiro. O movimento sindical, apesar de ter um papel corporativo, tem também um papel questionador, mobilizador, organizador, orientador de lutas, e assim será feito, respeitando as diferenças, mas unidos por um só ideal: o papel de resguardar direitos da categoria, coisa que a gente já faz, mas sendo solidário em todas as frentes, apoiando lutas conjuntas e ajudando a construir o país que queremos.

Não vai ser fácil! Ser democrático e solidário nunca é! Enfrentaremos vários desafios com esse governo ultraconservador que agora pretende novamente radicalizar a reforma trabalhista de Temer, criando até mecanismos para esfacelar a luta sindical, como o fim da unicidade. Mas vamos seguir unidos e firmes na luta, pois a sociedade de hoje está “desesperançosa”, ansiando por um projeto que apresente a ela uma alternativa.

Esperamos, e trabalharemos para isso, que essa unidade que está sendo colocada como uma gota no oceano possa ser uma grande frente de novas lutas para que venhamos de fato conquistando corações e mentes, tendo a sociedade brasileira cobrando o país que se deseja realmente. É papel nosso perguntar qual o Brasil que queremos. É um Brasil sem aposentadoria? Sem políticas públicas? É um país que cresce, mas sem desenvolvimento? Queremos desenvolvimento, sim, mas com distribuição de renda e condições de vida justas para todos. Esse é o nosso compromisso. Seguiremos juntos!



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 – 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

POSSE: DIRETORIA DO SINDICATO É EMPOSSADA PARA QUADRIÊNIO 2019-2023

A gestão Unidade Prá Lutar do Sindicato dos Bancários do Ceará foi empossada na quarta-feira, 28/8, para o quadriênio 2019/2023. A solenidade aconteceu na sede da entidade, acompanhada de um café da manhã. Estiveram presentes, além dos diretores eleitos, representantes de diversos sindicatos do Estado, parlamentares, como o deputado Elmano de Freitas (PT), e das quatro centrais sindicais que agora vão comandar no Ceará a luta da categoria bancária: CUT, CTB, Intersindical e Conlutas. O presidente da Comissão Eleitoral, Gustavo Tabatinga, comandou a cerimônia, representando também a Contraf-CUT.

Todos foram unânimes em ressaltar a importância da unidade na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, sobretudo, diante do cenário político atual com o governo Bolsonaro atacando e retirando conquistas históricas da classe trabalhadora.

“É a primeira vez na história desse Sindicato, que já vem há 86 anos atuando na defesa intransigente da categoria bancária, que teremos quatro centrais unidas em torno de um só objetivo: derrotar aqueles que querem dizimar os nossos direitos, conquistados com muita luta”, destacou o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, empossado para mais uma mandato à frente da entidade. Segundo a nova diretoria, o desafio da gestão nos próximos anos é fortalecer e mobilizar a categoria, defendendo direitos importantes, como a Convenção Coletiva de Trabalho, que vem nos últimos anos resguardando a categoria de diversos ataques do governo federal.

“Não foi à toa que essa nova diretoria toma posse justamente no dia dedicado a homenagear a categoria bancária, Dia do Bancário. Foi, principalmente, para destacar que estaremos unidos mais do que nunca na defesa da categoria, respeitando as diferenças, mas mobilizados em torno de uma luta unificada pela manutenção de nossos direitos. A unidade e a democracia é ainda o melhor caminho para alcançarmos esse objetivo. Com certeza, será uma gestão de grandes desafios e estaremos juntos nessa luta”, reforçou Carlos Eduardo.

A posse festiva acontece no dia 27 de setembro, a partir das 20h, no Clube da Caixa (Av. Frei Cirilo, 4700 – Messejana).



BANCO DO BRASIL**BB ATENDE PEDIDO DA CONTRAF-CUT E ANTECIPA PLR DOS FUNCIONÁRIOS**

O Banco do Brasil atendeu o pedido do ofício enviado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) no dia 23/8 e pagou a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) referente ao primeiro semestre na sexta-feira (30/8).

Apesar de poder pagar a PLR até 10 dias após a distribuição de dividendos aos acionistas, o banco costuma atender o pedido da Contraf-CUT para efetuar o pagamento aos funcionários no mesmo dia em que distribui os dividendos aos acionistas.

REGRAS DA PLR DO BB – A PLR do banco é composta pelo módulo Fenaban e pelo módulo BB.

Pelo módulo Fenaban, o funcionário recebe 45% do salário paradigma definido no acordo, acrescido de parcela fixa a ser definida pelo banco, para cada semestre.

O módulo BB constitui-se de uma parcela constituída pela divisão entre os funcionários de 4% do lucro líquido verificado no semestre, mais uma parcela que varia conforme cumprimento do Acordo de Trabalho (ATB) ou Conexão.

**SINDICATO REÚNE MAIS UM GRUPO PARA TRATAR DO ACORDO DO ANUÊNIO**

Na terça-feira, dia 30/8, o Sindicato dos Bancários do Ceará reuniu 19 funcionários do Banco do Brasil, beneficiários da ação do anuênio, referentes a um lote, para tratar de acordo negociado com o banco.

O acordo é baseado em proposta apresentada pelo banco, sendo de adesão individual. No entanto, quem não aceitar o acordo, o processo continua na Justiça. O Sindicato ajuizou ação pedindo o restabelecimento do pagamento do anuênio (retirado em 1998) e o pagamento das repercussões das diferenças do benefício sobre outras verbas: férias, 13º salário, FGTS, repouso semanal remunerado, licença prêmio, folgas, gratificação de função, adicional noturno, adicional de periculosidade, adicional de transferências, comissões, horas extras e verbas rescisórias.

Breves**Desoneração da folha não cria emprego**

O governo prepara um pacote para estimular contratações, segundo reportagem do jornal Valor Econômico de 27/8. A intenção é desonerar a folha de pagamento das empresas que contratarem jovens que buscam o 1º emprego e trabalhadores que estejam desempregados há mais de dois anos. A proposta tem sido defendida publicamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes prevê a substituição da contribuição patronal para o INSS – de 20% – por um novo tributo: a Contribuição sobre Pagamentos (CP), similar à antiga CPMF. Para a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, “isso já foi feito anteriormente e não gerou novas vagas. As empresas se apropriaram dos valores, aumentam seus lucros e não investem no aumento de produção”, afirmou. “É preciso haver uma reforma tributária com taxaço progressiva”, disse.

População paga conta pelos lucros dos bancos

Não são só os bancários que pagam com seus direitos e com a sobrecarga de trabalho os lucros bilionários dos bancos que crescem ano após ano. Toda a população acaba arcando com gastos mensais para manter suas contas bancárias. Uma pesquisa do Idec mostrou que em dois anos os preços de 70 pacotes de serviços ofertados pelos bancos subiram em média 14%, enquanto a inflação do período foi de 7,5%. Quando analisadas as tarifas avulsas, entre os 20 principais serviços mais utilizados, com exceção do Itaú, que reajustou sete tarifas (35% do total) acima da inflação, todos os bancos tiveram mais da metade dos seus serviços reajustados acima do índice. Foram encontrados 50 serviços com reajustes entre 10% e 89%. O Banco Central, que regula o setor bancário, obriga os bancos a oferecerem uma conta de serviços essenciais gratuita, mas pouca gente sabe disso e acaba gastando mais do que o necessário.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMPREGADOS DEFENDEM CONTRATAÇÕES E CAIXA 100% PÚBLICA EM NEGOCIAÇÃO

A retomada da mesa de negociação permanente entre a Contraf/CUT e a Caixa Econômica Federal, realizada dia 27/8, em Brasília (DF), foi marcada pela reafirmação da necessidade da construção do papel público e social do banco, junto à defesa dos direitos dos trabalhadores.

As entidades representativas voltaram a cobrar a imediata contratação de mais empregados, até que, no mínimo, seja atingido o teto estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) de 87 mil trabalhadores, para acabar com a rotina de sobrecarga de trabalho. Foi dito ainda que a contratação de duas mil pessoas com deficiência (PCD) não será suficiente para que o banco cumpra a cota mínima de 5% de PCDs prevista em lei.

O banco disse que, para atender a essas solicitações, depende da autorização formal dos órgãos controladores e de disponibilidade orçamentária.

A participação das entidades representativas no processo de integração para os novos empregados também foi reivindicada. A posição oficial manifestada pela Caixa foi a de que não há exatamente uma proibição, mas hoje essa participação do movimento dos empregados não está prevista e tampouco será possível.

Durante a reunião, a Caixa colocou a necessidade de aprovação da fluidez das férias dos trabalhadores em três períodos distintos, mas, na ocasião, foi esclarecido que essa proposta foi rejeitada pelos delegados do 35º Conecef, realizado nos dias 1º e 2/8, em São Paulo (SP).

CAIXA 100% PÚBLICA – A defesa do papel público, social e forte da Caixa é uma prioridade. Foi denunciado ainda, na ocasião, o projeto do governo de enfraquecer e diminuir a atuação do banco, com o propósito de entregar à iniciativa



“A defesa da empresa 100% pública soma-se à luta por mais contratações e contra a precariedade das condições de trabalho.

Nacionalmente, existe a mobilização contra a reforma da Previdência e a defesa da democracia, sem a qual nenhuma reivindicação será possível. Um dos nossos maiores desafios é defender os trabalhadores e os seus direitos históricos, a democracia e a soberania nacional”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

privada setores como cartões, loterias, gestão de ativos de terceiros. Esse processo de desmonte passa também pelas ações de retirada de direitos dos empregados.

SAÚDE CAIXA PARA TODOS – Outro debate relevante foi a defesa do Saúde Caixa para Todos. O banco tem discriminado os PCDs contratados, ao não garantir o plano de saúde. A CEE/Caixa lembrou que, na campanha dos bancários de 2018, o Saúde Caixa foi assegurado para os trabalhadores da ativa e aposentados. Foi dito ainda que a redação do ACT 2018/2020 garante uma assistência à saúde para os novos contratados, o que não vem sendo cumprido.

Sob protesto dos representantes dos empregados, a Caixa anunciou que os novos contratados terão assistência à saúde por reembolso, com possibilidade de benefícios retroativos. O Saúde Caixa propriamente dito não será oferecido a esse grupo de trabalhadores. Nesse caso, o modelo a ser adotado será baseado no que prevê a CGPAR 23.

OUTROS ITENS – Foram pautados também o combate à reestruturação e ao desmonte dos direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho para os tesoureiros, fim do assédio moral e da Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), combate ao descomissionamento arbitrário e luta contra a terceirização e a verticalização.

Em relação ao GDP, as entidades representativas cobraram sua retirada do MO 21182, que indica o descomissionamento arbitrário institucionalizado e prevê a ameaça frequente de mais descomissionamento compulsório, gerando como consequência o adoecimento dos trabalhadores. Foi solicitada ainda a retirada do Revalida, com a Caixa confirmando que esse mecanismo não acontecerá mais. A representação dos empregados contestou ainda a inserção do GDP no processo de promoção por mérito, que exclui, de imediato, 30% dos empregados.

Outra questão foi a operação para os saques do FGTS. Foram feitos questionamentos a respeito da estrutura a ser disponibilizada, o pagamento de horas extras, além de abertura das agências aos sábados e extensão de horários. Foram dadas também algumas garantias. A Caixa se comprometeu com o pagamento da totalidade das horas extras. Assumiu também o compromisso de pagar o vale transporte pelo trabalho aos sábados, quando assim ocorrer.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO APRESENTADO NO SENADO
MANTÉM PRIVILÉGIOS

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre a reforma da Previdência, apresentada ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), dia 27/8, continua a preservar alguns privilegiados. Esta é a opinião da Subseção do Dieese da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em nota, o Dieese afirma que o texto continua a ignorar diferenças regionais e sociais, ao manter a idade mínima, além de não modificar as regras de transição, de prazo curto e que já rebaixam os valores das aposentadorias. “Não modificou a regra de cálculo do salário benefício proposta pela Câmara, o que representará uma queda significativa no valor médio para aqueles que ganham acima do salário mínimo e que se aposentarem após a reforma. Não criou qualquer regra de transição para as pensões. Ignora que a Previdência é a maior fonte de despesa, mas também de receita, além disso, ignora que a mesma faz parte da seguridade social, não é algo isolado, inclusive mantendo a separação contábil da saúde, previdência e assistência social”.

O relator sugeriu algumas supressões de dispositivos da proposta que veio da Câmara, principalmente em relação às aposentadorias rurais e ao Benefício da Prestação Continuada (BPC). Mudanças como a inclusão dos estados e municípios na reforma e a sugestão de duas novas fontes de recursos para a Previdência Social serão discutidas num texto independente, a chamada “PEC paralela”. Para o Dieese, as supressões são, na verdade, uma manobra para dar mais celeridade à Reforma. Pois, com a inclusão de pontos por meio de PEC paralela, o texto não precisa voltar a tramitar na Câmara. A expectativa é de que a votação do relatório na CCJ ocorra no dia 4 de setembro.

AS PRINCIPAIS SUPRESSÕES DO RELATÓRIO FORAM:

- **Retirada de qualquer mudança nos Benefícios de Prestação Continuada**, inclusive de um dispositivo presente no texto que veio da Câmara que constitucionalizava uma linha de corte para recebimento do BPC, que seria no máximo de 1/4 de salário mínimo de renda domiciliar per capita;
- **Regra de transição para aposentadoria especial:** mantém uma contagem de pontos para aqueles que tem direito à aposentadoria especial (por exposição a riscos), mas retira o aumento de pontos que haveria na regra de transição, mantendo a pontuação (soma de idade e tempo de contribuição) fixa em todo período;
- **Supressão do termo “no âmbito da união”**, o que permitiria espaço para instituição de contribuições extraordinárias para estados e municípios, em caso de déficit atuarial dos regimes próprios. Garantias para haver segurança jurídica para o financiamento dos regimes próprios;

OS TEMAS QUE ENTRARIAM PELA “PEC PARALELA”
SERIAM:

- Permissão para que os municípios e os estados possam adotar as mesmas regras do regime previdenciário próprio dos servidores da União, mediante lei ordinária aprovada de iniciativa do poder executivo do respectivo ente;
- Garantia de que todos pensionistas recebam, no mínimo, um salário mínimo;
- Dobra do valor da cota, que passaria para 20%, na pensão por morte para os dependentes de até 18 anos;
- Manutenção do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para homens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho (o texto da Câmara fala em 15 anos para mulheres, independente da condição, e 15 anos para homens que já estão no mercado de trabalho e 20 anos para os que vão ingressar);
- Cálculo mais vantajoso para aposentadorias acidentárias;
- Reabertura do prazo para opção de ingresso no regime de previdência complementar dos servidores federais;
- Fim da isenção, com cobrança gradual, das contribuições previdenciárias do agronegócio exportador, das entidades educacionais que são filantrópicas assim como de saúde, está sem incluir Santas Casas e entidades assistenciais;
- Instituir no Simples, cobrança direcionada a investimentos em prevenção de acidentes de trabalho e proteção contra exposição a agentes nocivos de saúde. Direcionada às micro e pequenas empresas.

RASCO

STEAKHOUSE

CONVÊNIO

Sindicato firma parceria oferecendo descontos especiais no Rasco SteakHouse

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou nova parceria com o bar e restaurante Rasco Steakhouse, oferecendo aos bancários sindicalizados desconto de 10% no rodízio oferecido pela casa.

O Rasco Steakhouse tem de mais de 35 anos de atuação no mercado gastronômico, e há 13 anos está em Fortaleza, oferecendo o autêntico churrasco gaúcho.

No cardápio, uma sequência de carnes nobres, preparadas na parrilla e com todo o cuidado de um genuíno churrasco, acompanhadas de um buffet completo de saladas especiais, frutos do mar, comidas orientais e uma mesa de antepastos. Além disso, a experiência proporciona um Menu especial com guarnições preparadas na hora. O restaurante dispõe ainda de uma autêntica e completa carta de vinhos e drinks autorais para os mais variados paladares.

Para garantir o desconto, é preciso se identificar como sócio do Sindicato.

RASCO STEAKHOUSE

Endereço: Av. Beira Mar, 2500 –
Meireles

Reservas:

reservas@rasco.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/rascosteak/>

Instagram: @rascosteak

Telefone: (85) 3261-8888

ITAÚ

FUNCIONÁRIOS DISCUTEM EMPREGO E REMUNERAÇÃO COM A DIREÇÃO DO BANCO



“Desde o início da divulgação do fechamento das agências, a nossa preocupação tem sido com a garantia do emprego dos funcionários atingidos. Os números mostram que nosso acompanhamento deu resultado, mas continuaremos vigilantes. Lembramos que toda e qualquer irregularidade deve ser denunciada ao Sindicato para tomarmos as providências”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

Emprego, remuneração e gestão de pessoas foram os principais pontos da pauta da reunião da COE do Itaú com a direção do banco, na quarta-feira (28/8), em São Paulo. Foram apresentados os números do processo de fechamento de agências do primeiro semestre. Ao todo, 214 unidades foram encerradas, envolvendo 4.226 funcionários. Desses, 94% foram realocados. Dentro dessas, 16 agências foram do Itaú Personalité.

REMUNERAÇÃO – Os representantes dos trabalhadores cobraram ainda a abertura de negociação sobre os programas Ação Gerencial Itaú para Resultado (Agir) e o Score de Qualidade de Venda (SQV). O Itaú-Unibanco foi um dos pioneiros na utilização de ferramentas de Gestão Organizacional fundamentadas em avaliações por resultados e qualidade.

O Agir é a maior ferramenta desse tipo dentro da instituição. Porém, só voltada para as agências de varejo. Mais recentemente, o banco lançou um Programa de Qualidade Total denominado SQV, que serve, segundo a empresa, para avaliar o comportamento das vendas realizadas pelos bancários, o que gera penalidades aos trabalhadores. Só que,

assim como o Agir, o SQV foi implementado sem participação alguma dos trabalhadores, o que faz com que esses programas entrem em conflito com o trabalho real; ou seja, o dia a dia dos funcionários.

Na próxima reunião, que será realizada no dia 18/9, será entregue uma pauta sobre os programas. As reivindicações serão baseadas em pesquisa realizada com os trabalhadores sobre eles e estudo feito pelo Dieese. Os funcionários só são contemplados nesses programas quando eles e a agência atingem a pontuação máxima. O que a representação dos funcionários quer é criar uma fórmula de reconhecimento para os demais trabalhadores com bom desempenho. Ainda para a próxima reunião, o banco se comprometeu a dar explicações sobre o programa “Vai que dá”, lançado recentemente.

GESTÃO – A COE Itaú entregou para a direção do banco denúncias de humilhações que estão ocorrendo no momento de demissão e de transferências de funcionários para agências a mais de 20 km da última. A Comissão acredita que, nesses casos, o problema tem sido de gestão, tanto na condução da demissão, como na escolha de uma agência muito longe.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**PEC EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO
PODE ENFRAQUECER ATUAÇÃO DO BNB**

De autoria da senadora Kátia Abreu (PDT/TO), foi apresentada às Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 119, que visa acrescentar ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 115 que destina por 15 anos um terço dos recursos dos Fundos Constitucionais a projetos estruturantes, por meio de investimentos públicos e de financiamento de concessões e de parcerias público-privadas no âmbito das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, contempladas com receitas oriundas da União para constituição do FNE, FNO e FCO.

A PEC também propõe modificar o texto constitucional que ampara os Fundos, autorizando a concessão de empréstimos com os recursos de que trata a alínea “c” do inciso I, do artigo 159 da Constituição Federal por outras instituições financeiras como Caixa Econômica Federal, Cooperativas de crédito e Agências estaduais de fomento.

No caso específico do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) administrado hoje exclusivamente pelo BNB, a PEC pode

“A PEC 119, se aprovada, poderá ser o início de um processo de transferência da gestão total dos fundos constitucionais para outras instituições financeiras, inclusive privadas. E se isso ocorrer será um desastre para a economia nordestina, hoje muito bem assistida pelo FNE. É preciso redobrar a vigilância e convencer os parlamentares, principalmente os signatários da Proposta, a refletirem bastante sobre o tema”

Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e diretor do SEEB/CE



resultar na transferência de recursos do fundo para aplicação por outras Instituições no valor aproximado de R\$ 15 bilhões por ano, considerado o orçamento aprovado para 2019. “Essa emenda preocupa a todos que defendem a atividade produtiva do Nordeste, pois projetos estruturantes vinculados ao setor governamental podem apresentar viés político que resulte em prejuízo para os fundos”, pondera Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará.

No momento, a PEC 119 está sendo analisada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará a fim de que a Entidade possa ter um posicionamento mais claro e

conclusivo sobre o assunto. Para tanto, o Sindicato está procurando a área técnica do BNB para saber qual a avaliação que está sendo feita pela Instituição acerca da questão.

A Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste (Fetrafi/NE) também aprovou em sua última reunião, dia 23/8, em João Pessoa (PB), procurar os parlamentares signatários da Proposta de Emenda Constitucional, a fim de entender melhor as razões pelas quais defendem as mudanças propostas e demonstrar preocupação no tocante a uma possível fragilização do BNB e de sua missão desenvolvimentista no Nordeste.

Boicote ao couro brasileiro

A VF Corporation, gestora de várias grifes internacionais, confirmou em nota que suspenderá o uso do couro brasileiro até que haja uma segurança em relação a origem dos produtos, que os materiais usados não contribuam para o dano ambiental no país. Na mensagem, a empresa também defendeu que seus negócios “visam empoderar movimentos de estilo de vida ativo e sustentável”. No grupo de marcas que suspenderam as compras de couro brasileiro estão Timberland, Dickies, Kipling, Vans, Kodiak, Terra, Walls, Workrite, Eagle Creek, Eastpack, JanSport, The North Face, Napapijri, Bulwark, Altra, Icebreaker, Smartwool e Horace Small. Documento enviado ao Ministério do Meio Ambiente alerta ainda para os efeitos negativos das queimadas para as exportações do setor.

Em defesa da Soberania

Organizado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e pelos partidos de oposição, o “Ato e Seminário pela Soberania Nacional e Popular”, cujo tema é “O Brasil é nosso! Contra as privatizações em defesa do emprego e de nosso futuro”, acontece dia 4/9, na Câmara dos Deputados, em Brasília. O objetivo é criar uma Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional. Também estão previstos debates sobre desenvolvimento econômico e soberania nacional, privatizações dos bancos, Correios, Previdência Social, Eletrobras e Petrobras, além de temas como Amazônia, Biodiversidade, Mineração e Água, Ciência Tecnologia e Educação.

Fake News vira crime

O Congresso derrubou dia 28/8 o veto de Bolsonaro a penas mais duras para quem propaga fake news, nas eleições. O veto ocorreu em junho, quando a Lei 13.834/2019, que atualiza o Código Eleitoral, chegou à mesa de Bolsonaro. Com a derrubada do veto, a pena para quem divulgar fake news com objetivo eleitoral é de 2 a 8 anos. A pena só será aplicada quando estiver comprovado que o acusado sabia da inocência do alvo da notícia falsa propagada. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ainda a instalação da CPI para investigar a propagação de notícias falsas.